

ELEIÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DISTRITAL DE BRAGA 2018-2020

LISTA A - MAIS FORÇA PARA UM TEMPO NOVO

A moção que apresentamos e a lista que lhe dá corpo agrega em si aderentes de anteriores Comissões Coordenadoras Distritais de Braga e aderentes que assumirão essa responsabilidade pela primeira vez após terem participado ativamente nas campanhas, lutas sociais e no trabalho do Bloco.

Esta candidatura é feita de diversidade, com uma grande variedade de competências. Estamos solidariamente empenhados em reforçar o Bloco de Esquerda no distrito de Braga. Vivemos tempos em que o descontentamento com a situação política e económica é, muitas vezes, acompanhado pelo descrédito e pela descrença.

É necessário um tempo novo no Bloco de Esquerda em Braga, que promova uma participação inclusiva das e dos aderentes. Esta moção tem como objetivo tornar o Bloco num espaço inclusivo, sem delito de opinião e com respeito pela diversidade que dá força à esquerda. O Bloco não tem donos ou patrões, é dos aderentes e faz-se forte na pluralidade, onde todas e todos têm direitos iguais e a possibilidade de exprimir livremente as suas opiniões. É esse o nosso projeto.

Propomos uma política de verdade para o Bloco de Esquerda de Braga para uma política de verdade, sem telhados de vidro ou meias palavras, sem desculpas e com as mãos limpas. O slogan da campanha eleitoral de 2015 é aquele que nos define: "Gente de Verdade". É assim que queremos o Bloco de Esquerda em Braga.

Em Bloco, no distrito de Braga

O Bloco de Esquerda propõe-se construir uma alternativa que congregue todas as lutas sociais e muito do ativismo, nomeadamente nos direitos ambientais, no caminho por serviços públicos universais e de qualidade e pelos direitos laborais. Queremos a construção de um partido aberto, plural e em crescimento. Esse alargamento far-se-á com uma organização e direção distrital orientada para o crescimento, para a relação positiva com as organizações concelhias e capaz de estar presente no centro da luta social.

A construção da esquerda grande exige o respeito e a valorização pelas diversas formas de militância, participação e identificação social para promover o enraizamento do partido. Só é possível esse caminho com democracia interna, pluralidade, diversidade e sem sectarismos. A militância é essencial ao partido, à sua atividade, à sua capacidade de responder aos problemas concretos da população, à construção da alternativa, à abertura e alcance das suas ideias. São os aderentes e ativistas que dão essa capacidade ao partido. Por isso, propomos aprofundar mecanismos de participação e de alargamento do Bloco, em alcance e em número de aderentes. Estamos empenhados em desenvolver práticas ativas para esse crescimento, abrindo o partido, potenciando o debate e o envolvimento, confiando na partilha de responsabilidades entre muitos aderentes.

Somos um partido que faz todas lutas. Não colocamos vidas em segundo plano, não desvalorizamos pessoas. Por isso mesmo não deixamos lutas para depois. Somos a esquerda anticapitalista, ecologista, feminista, que luta pelos direitos laborais, pela escola pública e pelo serviço nacional de saúde, pelas liberdades, pelos direitos LGBTQ+, e que enfrenta o racismo e a xenofobia.

Queremos um Bloco de Esquerda que saia à rua de cara levantada contra o conservadorismo. A violência doméstica é o crime que mais mata em Portugal e as mulheres são as principais vítimas. As mulheres ainda ganham menos do que os homens, são as principais vítimas de assédio, estão sub-representadas na política, ainda têm a seu cargo a maioria das tarefas domésticas. O nosso compromisso é lutar intransigentemente pela igualdade de género e contra a violência machista.

A esquerda que faz a diferença

O Bloco de Esquerda foi fundamental para a transformação e para a melhoria de condições de vida no país. Nas últimas legislativas, foi a capacidade de proposta do Bloco e o seu programa assente numa alternativa que permitiu crescer e contribuir decisivamente para a derrota da austeridade. O Bloco foi igualmente decisivo para abrir uma nova página com a recuperação de rendimentos no país, materializado na posição conjunta que foi feita com o PS.

Valorizamos a subida do salário mínimo nacional. Valorizamos o fim dos cortes nos salários e nas pensões, assim como os aumentos extraordinários conseguidos para as reformas. A reposição dos quatro feriados foi igualmente importante, assim como o programa de combate à precariedade. O novo ciclo político aberto com o afastamento do PSD e CDS do governo abriu todo um conjunto de políticas sociais, de combate à pobreza e de recuperação do valor do trabalho. O Bloco foi indispensável para essa mudança.

Apesar do muito que foi ganho e da sua importância, reconhecemos várias limitações patentes no governo do PS. A obediência estrita aos tratados europeus e a obsessão do défice tem levado a serviços públicos - nomeadamente na escola pública e no SNS - a um funcionamento que não cumpre as necessidades da população. O código de trabalho permanece com várias alterações penosas introduzidas pelo governo PSD/CDS, criando situações injustas e não permitindo uma maior recuperação de rendimentos e de direitos no trabalho. A manutenção das parcerias público-privadas continuam a ser um sorvedouro de dinheiros públicos. A cultura continua a ter um subfinanciamento crónico.

Foi a força do Bloco que levou a que o PS tenha abandonado parte do seu programa eleitoral e a adotar medidas essenciais à recuperação de rendimentos. Há no entanto ainda muito a fazer. É por isso que é essencial que no próximo ciclo eleitoral o Bloco se apresente novamente como alternativa, com um programa para governar o país. É isso que fará a diferença para o país e para a esquerda.

Como no passado, o Bloco de Esquerda também disputará no distrito de Braga a maioria social para alcançar as transformações necessárias e indispensáveis para o país. O

reforço da presença do Bloco no Parlamento Europeu será a garantia de mais vozes inconformadas com o austeritarismo europeu. A conquista de mais um lugar de deputado para a Assembleia da República no distrito de Braga, conseguindo o que no passado esteve quase ao nosso alcance, é a certeza do reforço de vozes incansáveis na defesa do distrito, dos direitos dos trabalhadores e da qualidade dos serviços públicos.

Faz falta mais esquerda em Braga

O distrito de Braga é essencial para a economia do país. Mas, apesar da riqueza produzida, muitas das desigualdades económicas têm no nosso distrito o seu lado mais brutal do país. É, por isso, necessário continuar o aumento do salário mínimo nacional, que será pelo menos de 600€ em 2019, nos anos seguintes. Igualmente, é necessário continuar a política de recuperação de rendimentos, valorizando os apoios sociais e combatendo a pobreza que existe no distrito.

Os serviços públicos precisam de uma atenção especial. A falta de investimento público nos serviços essenciais foi a escolha do PS, mas não será a do Bloco. O número da vergonha é haver ainda no nosso distrito mais de 2700 crianças e jovens que ainda não têm médico de família. A defesa de um Serviço Nacional de Saúde de qualidade é a escolha desta esquerda consequente. Essas escolhas incluem o reforço do número de profissionais de saúde, o combate às rendas dos privados como a da Parceria Público-Privada (PPP) do Hospital de Braga e à mercantilização da saúde, e o investimento público capaz de recuperar o tempo perdido na construção do Hospital de Barcelos e Esposende.

Recuperar o investimento público das garras da chantagem de Bruxelas permitirá, também, investimento nas Escolas Públicas do distrito, que há muito precisam de obras de recuperação e remodelação. A valorização da escola pública também passa pelo implementação da gestão democrática, modelo de futuro e construtor de direitos.

O direito à habitação está colocado em causa com a lei das rendas de Assunção Cristas. A via verde dos despejos e a insensibilidade social da lei já começou a ser revertida, mas ainda estamos longe de concluir esse processo. Por outro lado, como assistimos por exemplo em Guimarães, por vezes é o próprio Estado que coloca os direitos das famílias em risco. A luta pelo direito à habitação é essencial no distrito de Braga e não faltaremos a essa chamada.

O modelo de desenvolvimento capitalista deixou muitas feridas ambientais abertas no nosso distrito. As bacias hidrográficas do Cávado e do Ave são um dos passivos ambientais mais pesado que importa reverter. O Bloco assume uma visão ecossocialista da sociedade, que dê centralidade aos direitos dos animais, essencial para responder aos desafios de futuro que as novas gerações nos exigem e que as alterações climáticas tornam incontornáveis. No período de preparação de novos quadros comunitários, é essencial utilizar os fundos disponíveis para promover práticas ambientalmente sustentáveis e pensar um modelo integrado de mobilidade, não para continuar a promover as negociatas como no passado.

É no distrito de Braga que podemos e devemos potenciar a luta contra o modelo de descentralização de PS e PSD. O bloco central uniu-se numa proposta que nada tem a ver com a descentralização democrática, como seria a regionalização prevista na Constituição. Em cima da mesa colocam uma municipalização de serviços que ameaça a universalidade das políticas públicas, o aumento da corrupção ou a facilitação das privatizações. É essa luta a que não viraremos as costas.

Mandatário

Luís Maria Gonçalves dos Santos

Candidatos/as Efetivos

- 1. Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro, Guimarães
- 2. António Meireles de Magalhães Lima, Braga
- 3. Luís Maria Gonçalves dos Santos, Barcelos
- 4. Maria Isabel Peixoto Gonçalves, Braga
- 5. António Silva, Braga
- 6. Ernesto Valério Sousa de Figueiredo, Braga
- 7. Sónia Conceição Rodrigues Mendes, Esposende
- 8. Mário José Martins Costa, Barcelos
- 9. José Gomes Dias, Braga
- 10. Joaquina Carvalho Rodrigues, Guimarães
- 11. José António Amaral Pedras, Braga
- 12. Andrea Celeste Teixeira Fernandes Lopes, Guimarães
- 13. Maria Isabel Neves Gonçalves da Silva Martins, Barcelos
- 14. João Boaventura Simões Negrão, Barcelos
- 15. Amadeu Ferreira Fernandes, Amares

Subscritores/as

João Daniel Martins
Sandra Maria Rodrigues Silva
Antero Augusto Gonçalves dos Santos
Ana Cristina Lomba dos Santos
Marco António Rodrigues Gomes
Maria de Fátima Araújo Rodrigues Silva
Domingos Ferreira Monteiro
Laura Conceição Gomes Igreja Dias
Maria Manuela Ramos Lomba